

## Declaração Política: Pobreza e Exclusão Social

Senhora Presidente,

Senhores Deputados

Senhores membros do Governo,

Senhor presidente do Governo,

Afirmar que quase 32% dos açorianos vive com rendimentos monetários líquidos inferiores a 500 euros por mês e que a média do país, segundo o Instituto Nacional de Estatística, está nos 17,2%, é apenas constatar aquilo que sobejamente tem sido divulgado pela comunicação social.

Voltar a este assunto e uma vez mais trazer a debate assunto de tão grande relevância é, recolocarmos perante esta assembleia um assunto que desde sempre e tal como a representação parlamentar do PCP já o fez em mandatos anteriores, como por exemplo o fizemos há mais de dez anos, precisamente em 21 de Janeiro de 2010 um problema que para além de não ter sido minimamente resolvido bem pelo contrário continua a agravar-se.

Sim, o que é um facto é que a pobreza nos Açores tem vindo continuamente a agravar-se.

Num estudo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores que tivemos acesso, se por um lado podemos avocar razões históricas como a forma como a terra foi distribuída aos povoadores, resultando que um número pequeno de indivíduos se tornou proprietário da maioria das terras e que tal se tenha mantido e até agravado sobretudo nas ilhas mais povoadas e maiores, por outro lado refere também o mesmo estudo que a causa estará e citamos, “na adequação perversa entre oferta e procura de empregados com baixas qualificações (e ordenados)” sic.

Mas diz-nos mais o referido estudo. Senão vejamos:

“Os Açores são uma região em que fora do emprego público as principais atividades são o comércio, a agricultura, as pescas e a construção civil. Ora, boa parte destas atividades estão associadas ao que podemos designar como empregos sem qualidade, isto é, fracamente remunerados, precários, perigosos e penosos.” E mais adiante afirma: Boa parte dos homens trabalhava em atividades sem qualidade, embora cerca de um quarto tivesse uma situação laboral estável. Acresce que esta estrutura do mercado de trabalho alicia os mais novos a saírem precocemente da escola para ingressarem em atividades desqualificadas, mas de fácil acesso, algo que implica que a escolaridade acaba por não desempenhar um papel relevante na redução da pobreza nas gerações mais novas. “

Senhora Presidente,

Senhores Deputados

Senhores membros do Governo,

Senhor presidente do Governo,

Os trabalhos que acabamos de citar são bem elucidativos dos gravíssimos problemas sociais que encerram as situações de extrema pobreza e de exclusão social na nossa região.

É cada vez mais claro que as situações de pobreza e de exclusão social têm a sua origem não apenas em situações de desemprego como também e fundamentalmente em situações de emprego cujos baixos salários por um lado não são de molde a evitar estas situações de extrema pobreza como elas próprias conduzem a outras preocupantes situações sociais como seja o abandono escolar precoce para que os filhos comecem desde muito novos e sem possibilidade de cumprir a escolaridade obrigatória a trabalhar para ajudar o sustento do seu agregado familiar. Esta era uma situação que sendo frequente antes do 25 de Abril já deveria estar há muito abolida no Portugal democrático e concretamente na nossa região e que não podemos deixar de veementemente denunciar.

É sabido que tendo-se em atenção apenas os rendimentos de trabalho, de capital e de transferências privadas cerca de 60% da população dos Açores estaria em risco de

pobreza, contra 43,4% a nível nacional. É, pois, deveras preocupante a nossa situação ao nível da situação de pobreza e de exclusão social se comparáramos com a média do nosso país.

É por demais evidente que urge pôr em prática na nossa região uma política que crie potencie a criação de riqueza em vez de apenas criar ricos. Que dinamize a economia em vez de subordinar a economia a meros interesses de grupos empresariais que não têm o mínimo interesse em criar riqueza na sociedade e muito menos em combater o flagelo da pobreza e da exclusão social, preferindo de longe uma sociedade assistencialista e a viver de esmolas que uma sociedade verdadeiramente solidária.

Sala de Sessões, 13 de fevereiro de 2020

O Deputado do PCP Açores



João Paulo Corvelo